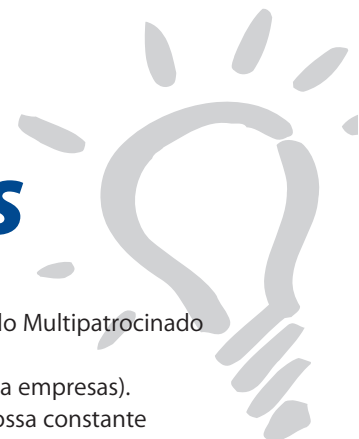


COM VOCÊ

Informativo bimestral da Fundação Bemgeprev

março/abril 2007 **ano 1** nº02

Nova comissão amplia qualidade dos controles



A gestão de uma entidade fechada de previdência complementar abrange uma complexa gama de variáveis que envolvem, entre outros aspectos, um grande número de leis, resoluções e instruções normativas. Além disso, o escopo de matérias que afetam sua atuação é muito diversificado, podendo ter natureza previdenciária, tributária, cível e trabalhista, entre outras.

Para aprimorar ainda mais a monitoração dessas variáveis, foi criada, em janeiro, a Comissão de Controles Internos e Gestão de Risco Operacional (veja quadro). Ela representa um avanço para as entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Banco Itaú: Bemgeprev, Fundação

Itaubanco, Funbep, Prebeg e Itaú Fundo Multipatrocinado (IFM, entidade que presta serviços de administração de fundos fechados a empresas). "A implantação da Comissão reflete nossa constante preocupação com a garantia de governança corporativa nas entidades, fortalecendo os princípios de transparência e controle em todas as suas atividades", conta o presidente da Comissão, Marcos R. Carnielli.

Análise complexa

Para assegurar a convergência de várias análises sobre cada ponto avaliado, a Comissão conta com um time multidisciplinar formado por representantes de diversas áreas do Banco Itaú. "Isso nos possibilita um olhar mais rico, ao mesmo tempo abrangente e acurado, sobre os diferentes aspectos ligados à gestão das entidades. Trata-se de um fórum de debates e trocas de idéias que complementa os trabalhos que já vêm sendo feitos", explica Carnielli.

Em suas reuniões mensais, a Comissão irá discutir, avaliar, encaminhar e acompanhar ações de melhorias em processos operacionais (inclusive a cargo de terceiros), analisar impactos de medidas legais e providências internas relacionadas a compliance, discutir ferramentas corporativas e definir as ações necessárias para responder aos requisitos legais. O trabalho da Comissão demonstra o esforço do Banco Itaú em incrementar continuamente o profissionalismo e a excelência na gestão das entidades, garantindo maior segurança e tranquilidade para seus participantes.

A ESTRUTURA DA COMISSÃO

Presidente	Marcos Roberto Carnielli diretor gerente da Diretoria de Relações do Trabalho
Vice-presidente	Reginaldo José Camilo superintendente da Superintendência de Controladoria Contábil - Holdings
Secretário	Arnaldo César Serighelli superintendente da Superintendência de Previdência Complementar
Membros Permanentes	<div> <div> Roberto Wagner Ludovico Alberto Lacava José Carlos Dias Adriana Cristina G. Trapp Sandra Marie Shimamura Cosmo Falco Alberto Aparecido dos Santos Sheynna Hakim Elizabeth M. Aulicino Edmilson R. Araujo </div> <div> diretor do Itaú Fundo Multipatrocinado (IFM) oficial de Controles Internos e Riscos das Fundações (ARH) oficial de Controles Internos e Riscos da Área de Seguros, Previdência e Capitalização (ASPC) representante da Área de Controle Econômico (ACE) representante da Área de Consultoria Jurídica (ACJ) representante da Área de Mercado de Capitais (AMC) representante da Área de Suporte Administrativo e Unidade Pessoa Jurídica (ASAUPJ) representante do Compliance Corporativo (Superintendência de Gestão de Riscos Operacionais / SGRO) representante da Superintendência de Compliance Legal representante da Auditoria Interna </div> </div>
Membros Convidados	Oficiais e suboficiais de Controles Internos e Riscos e gestores de processos de negócios e de apoio, conforme a pauta de cada reunião.

Acompanhamento constante para assegurar os benefícios

Desde 1994, **Isaura Beatriz Pereira Rodrigues**, gerente de desenvolvimento e atuária da Valia – Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, faz parte da Comissão Técnica Nacional (CTN) de Atuária da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). Quatro anos depois de sua chegada, ela passou a coordenar os trabalhos da Comissão que conta, entre seus 17 membros, com a participação de José Ailton Ragazi David que representa as entidades ligadas ao Banco Itaú. Com 24 anos de experiência como atuária no segmento de fundos de pensão, Isaura conhece bem a importância dessa ciência para a solidez e longevidade das entidades. Confira, a seguir, a entrevista exclusiva que Isaura deu ao informativo “Bemgeprev com Você”, na qual ela fala sobre o trabalho dos atuários e o papel da CTN que coordena.



Arquivo

→ Com que periodicidade ocorrem os encontros da CTN de Atuária?

Temos encontros mensais entre março e dezembro, além de reuniões extraordinárias sempre que necessário.

→ Quais os temas discutidos por essa Comissão?

Em nossas reuniões, abordamos todos os aspectos que afetam o custeio dos planos – desde mudanças na legislação até procedimentos internos. Um exemplo é a questão das Tábuas de Mortalidade que devem ser utilizadas pelos planos – apuramos dados, avaliamos aspectos positivos e negativos e conversamos sobre a experiência de cada entidade com o tema. Esses encontros são uma ótima oportunidade para a troca de experiências e boas práticas entre os profissionais e isso, com certeza, se reflete em nosso trabalho.

→ O que faz um atuário?

A atuária é um ramo da matemática presente nas áreas de avaliação de riscos e cálculos no setor de seguros, pecúlios, planos de aposentadoria, pensões, financiamento e capitalização. O atuário é o profissional graduado em Ciências Atuariais e registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Ele atua, de modo geral, em seguro privado e social, calculando probabilidade de eventos, avaliando riscos e fixando prêmios, indenizações, benefícios e reservas matemáticas. No mercado econômico-financeiro, promove pesquisas e estabelece planos e políticas de investimentos e amortizações.



→ Como a atuária contribui para a solidez das entidades?

A ciência atuarial é fundamental para avaliar os custos dos benefícios propostos e indicar as contribuições necessárias para a cobertura desses benefícios. Como esse é um processo evolutivo, é preciso acompanhar a tendência dos parâmetros que são utilizados nos cálculos atuariais para que as projeções sejam ajustadas ao longo do tempo.

→ Quais são esses parâmetros que devem ser continuamente analisados?

O atuário deve avaliar todas as premissas relativas à atuação das entidades, tais como taxa de mortalidade, de invalidez, rotatividade de funcionários, crescimento salarial nas patrocinadoras e outras variáveis internas à realidade de cada entidade, além de variáveis externas, ligadas a cenários e conjunturas econômicas e financeiras, como taxas de juros e índices de inflação.

O olho do atuário é o olho do futuro, com base também nas experiências do passado e na realidade do presente. Precisamos estar atentos ao curto, ao médio e ao longo prazo e ir sempre fazendo os ajustes necessários. Andamos continuamente no fio da navalha para que as entidades tenham o melhor benefício com o menor e mais seguro custo possível.

→ Quais os principais riscos relacionados às questões atuariais?

Sem dúvida, o maior risco é não acompanhar a evolução dos parâmetros que são utilizados nos cálculos atuariais e, portanto, não fazer os ajustes no custeio quando da confirmação das tendências de mudança. Nosso trabalho necessita de revisões periódicas para validação ou correção das diretrizes estabelecidas.

→ Como os fundos brasileiros se comparam aos de outros países em relação aos cuidados atuariais?

As realidades e as características dos fundos variam muito de país para país. Por isso, essa não é uma comparação simples. O que podemos dizer com tranquilidade é que, no aspecto atuarial, a legislação brasileira está entre as mais avançadas do mundo. É uma legislação minuciosa que procura oferecer muitas garantias aos participantes.

→ Quais os avanços alcançados por essa Comissão da Abrapp?

Por meio da Diretoria da ABRAPP, temos participado de forma pró-ativa em discussões que visam apresentar sugestões de melhoria para as leis e resoluções relativas à previdência complementar. Isso se deu, por exemplo, nas análises sobre os novos institutos (Resgate, Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido e Autopatrocínio).

Também participo da Comissão de Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e faço uma ponte entre as discussões técnicas no IBA e na CTN de forma a convergirmos nos aspectos técnicos.

→ Como as discussões da CTN são levadas às demais associadas da Abrapp?

Em alguns assuntos, interagimos com outras Comissões, como no estudo dos institutos que citei acima, quando trabalhamos em conjunto com a CTN Jurídica. Procuramos sempre atuar em sinergia com outras CTNs para obter resultados sempre melhores. Além disso, respondemos a consultas de associadas e divulgamos informações nos veículos da Abrapp e em seminários e palestras.

→ Se pensarmos no sistema como um todo, é possível que falhas em um fundo gerem consequências mesmo sobre entidades que estão em dia com suas premissas atuariais?

Eu costumo dizer que o relacionamento com um fundo de pensão é um dos casamentos mais longos que existe – inicia na fase ativa, continua na aposentadoria e ainda perdura, de certa forma, após a morte. Para um relacionamento tão longo, é necessário ter credibilidade. Por isso, quando a mídia veicula alguma informação sobre problemas em fundos de pensão, ainda que não existam impactos financeiros (que afetem o equilíbrio de outros planos), os participantes podem se sentir “ameaçados”. Infelizmente, as notícias de problemas aparecem com mais frequência e com maior destaque. Mas existem inúmeros avanços extremamente positivos que vêm ocorrendo dentro do sistema e que mereceriam mais atenção por parte da imprensa. Até porque este seria um incentivo a mais para o fortalecimento da previdência complementar em nosso país.

Você sabia?

O conceito de **MUTUALISMO** parece ter surgido na Babilônia entre os comerciantes de camelos que atravessavam o deserto para vender seus animais em diversas localidades. Em meio aos riscos que corriam, eles estabeleceram um sistema no qual, caso um deles perdesse um animal, os outros se cotizariam para dar-lhe um outro camelo. Assim, todos tinham responsabilidade sobre o benefício de cada um. Num plano de previdência complementar com Benefício Definido, esse princípio também está presente.

Um grande exemplo

Piauiense, bem-humorado, extrovertido, romântico e dono de uma memória de elefante.

Assim é **Delmar Mendes dos Reis**, de 91 anos, casado há 60 com Almée Garrocho dos Reis e patriarca de uma grande família (cinco filhos, 13 netos e 2 bisnetos). Na vida profissional, a sorte também bateu à sua porta. Foram 35 anos de trabalho no Banco do Estado de Minas Gerais e uma carreira de sucesso. Aposentado há 28 anos, Delmar preenche seus dias com a prática de radioamador, palavras cruzadas e muita música.

“Em 1944, quando trabalhava em uma tipografia, prestei concurso para o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais (que, com a fusão com o Banco Mineiro da Produção, mais tarde, se chamaria Banco do Estado de Minas Gerais). Passei e ingressei como escriturário na agência de Teófilo Otoni (MG). Fiquei vinte anos trabalhando no interior - fui promovido a chefe de serviço, contador e gerente - até ser transferido para Belo Horizonte, em 1964. Na capital, assumi a função de inspetor e viajei o Brasil todo, de Manaus a Porto Alegre, durante 15 anos.

Aposentei-me em 1979 e vivenciei essa transição de maneira fácil. Sentia falta da convivência com os amigos, mas ia visitá-los sempre que possível. **Comprei uma máquina impressora e tipos e comecei a produzir e vender cartões de visita. Depois de alguns anos, interrompi essa atividade para fazer um curso de radioamador e, nos últimos tempos,**

venho dedicando duas horas do meu dia para conversar pelo rádio.

Sou amante de palavras cruzadas (indico ‘A Recreativa’, pois não traz os resultados na mesma edição) e de uma boa leitura (revistas e livros de José de Alencar e Machado de Assis). Também frequento a igreja Católica e o clube Recreativo Mineiro para bater papo com os amigos e jogar cartas.

Tenho ainda o dom de cantar músicas românticas e uma facilidade tremenda para decorar frases, trovas, sonetos, versos... Há uma quantidade enorme de obras literárias guardadas em minha coleção.

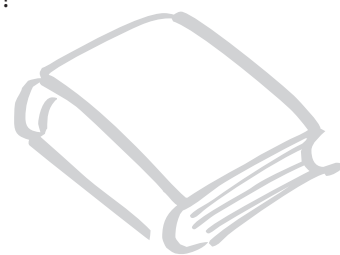
Sou um homem feliz e agradeço muito a Deus. Minha receita para viver tão bem? Nunca pensar na velhice e ser otimista em qualquer situação.”



Arquivo Pessoal

“Deve-se cuidar hoje das necessidades de amanhã.”

Esopo, fabulista, autor de “A cigarra e a formiga”.



Recadastramento de 2007 deve ser feito *pessoalmente*

Entre 1º e 31 de julho de 2007, a Bemgeprev irá promover o recadastramento de todos os participantes aposentados e pensionistas. Dessa maneira, a entidade visa assegurar o controle e a correção das informações que detém, garantir o cumprimento da legislação e manter todos os dados em dia.

O recadastramento é feito, em média, a cada doze meses para que a Bemgeprev possa acompanhar todas as alterações nas informações básicas de seus aposentados e pensionistas, tais como nome, estado civil, endereço e número de telefone, entre outras. Neste ano, pela primeira vez, os participantes deverão se apresentar pessoalmente para que o processo seja efetivado. As etapas do novo sistema são:

1. Recebimento do formulário via correio até 30 de junho de 2007.

2. Checagem detalhada dos dados e indicação das mudanças ocorridas. Mesmo que não haja nenhuma alteração, a próxima etapa deverá ser seguida.

3. O formulário preenchido deve ser levado *pessoalmente*, junto com um documento de identificação original (RG ou Carteira Nacional de Habilitação), nos seguintes locais:

- Quem recebe benefício por meio de crédito em conta no Banco Itaú deverá comparecer em qualquer agência do Banco Itaú e efetivar o recadastramento.
- Quem recebe benefício por meio de crédito em conta em outro banco deverá ir diretamente à sede da Bemgeprev ou preencher o formulário, assinar, reconhecer a assinatura em cartório e enviar à Bemgeprev.



importante

- ☐ Os assistidos que não receberem o formulário até 30 de junho de 2007 deverão solicitar a segunda via à Bemgeprev.
- ☐ Se o assistido estiver doente, será necessário um laudo médico com a indicação da causa da impossibilidade de efetuar o recadastramento, devendo eleger um procurador cuja procuração esteja atualizada (ano de 2007) e tenha poderes específicos para efetuar esse procedimento. O mesmo vale para os casos em que o assistido está interdito (não tem condições de responder por si) ou para aqueles que já são representados por procuradores.
- ☐ O recadastramento é feito apenas para os aposentados e pensionistas. Os participantes ativos devem manter seus dados atualizados junto à sua Unidade de Recursos Humanos.
- ☐ Se o recadastramento não for efetuado dentro do prazo, o pagamento do benefício será suspenso a partir de 30 de agosto de 2007.

Governo altera cálculo do déficit

No final do mês de janeiro, o então ministro da Previdência Social, Nelson Machado, propôs uma nova forma de se abordar contabilmente o tão comentado déficit da previdência.

Machado pretende separar as despesas e receitas previdenciárias das que são subsídios e transferências unilaterais desvinculados do sistema de previdência propriamente dito.

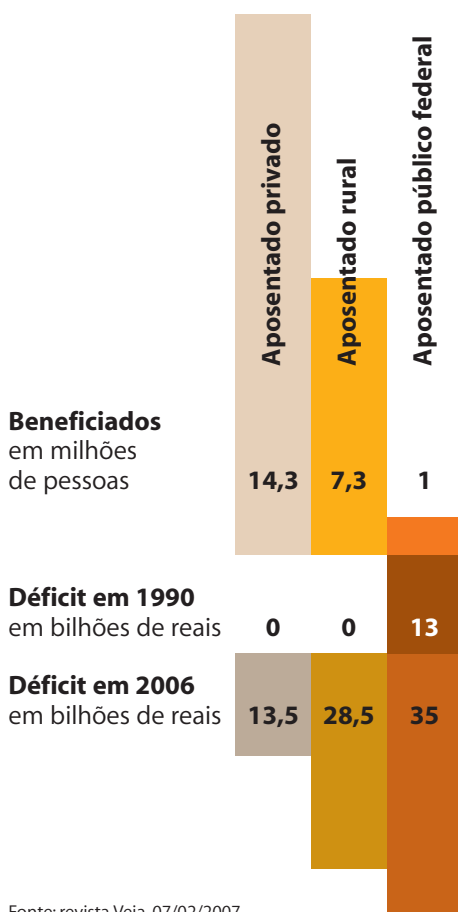
Segundo o ex-ministro, o déficit da previdência acaba parecendo maior do que efetivamente é porque a ele se somam despesas que não deveriam estar enquadradas nas contas da

Previdência Social. Fazem parte desse bloco, por exemplo, as renúncias previdenciárias para beneficiar entidades filantrópicas, como as Santas Casas, que, de acordo com Machado, deveriam ir para as contas do Ministério da Saúde. O mesmo vale para o ProUni – Programa Universidade para Todos, cujas renúncias deveriam ser contabilizadas no orçamento do Ministério da Educação. Tais vantagens são concedidas a setores considerados prioritários pelo governo e deveriam, portanto, estar enquadradas em seus respectivos Ministérios.

Na ponta do lápis

Outro item que deveria, conforme indica o ex-ministro, ser excluído do cálculo do déficit são as despesas com as aposentadorias rurais, por se tratarem de um gasto tipicamente assistencial que concede aposentadoria para trabalhadores que, ao longo de sua vida ativa, não contribuíram em nada ou muito pouco com o INSS.

Com todas essas alterações, o déficit da Previdência no setor privado (Regime Geral de Previdência Social) em 2006 teria sido de R\$ 4 bilhões e não de R\$ 42 bilhões. As críticas à nova proposta contábil do governo apontam que tal expediente em nada muda os problemas existentes hoje na Previdência Social. No entanto, muitos especialistas acreditam que o mérito indireto dessa iniciativa é aumentar a transparência das contas da previdência que revelam claramente, por exemplo, o enorme abismo entre o número de contribuintes e os déficits relativos aos aposentados privados, rurais e públicos, como demonstra o gráfico ao lado. Dessa forma, talvez seja possível pensar em soluções voltadas aos reais focos das distorções existentes.



Fonte: revista Veja, 07/02/2007

colar etiqueta aqui

Informativo bimestral da Fundação Bemgeprev – Rua Goitacazes, 15, 9º

andar, Centro, CEP 30190-050, Belo Horizonte, MG, tel. (31) 3249-9837/9856

Projeto editorial: Palavra. Oficina de Textos, tel. (11) 3034-0007

Jornalista responsável: Beth Leites (MTb 20.273) • Projeto

gráfico: Hiro Okita • Tiragem: 1.500 exemplares.

Atendimento Bemgeprev

(31) 3249-9837

ou 3249-9856

A Fundação Bemgeprev não se responsabiliza por decisões tomadas com base nas matérias divulgadas nesta publicação.